SÉRGIO DA SILVA PINTO

Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Do Centro de Estudos Humanísticos da mesma Universidade
Bolseiro do Instituto de Alta Cultura

Em Torno do Problema de Portucale

Relatório apresentado ao
IV Colóquio Portuense de Arqueologia — 1965

PORTO
MCMLXV

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa
ULCL024972
H P 899

H P
899

Ao Prof. Doutor Joseph Piel,
à sua doutrina, culta e
brilhante inteligência do
Mestre

Of. a

[illegible]

HP
899

EM TORNO DO PROBLEMA DE PORTUCALE

SEPARATA DE

ACTAS DO IV COLÓQUIO PORTUENSE DE ARQUEOLOGIA

(LVCERNA — VOL. V — 1965)

C
I

SÉRGIO DA SILVA PINTO

Da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Do Centro de Estudos Humanísticos da mesma Universidade
Bolseiro do Instituto de Alta Cultura

CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
20878

Em Torno do Problema de Portucale

Relatório apresentado ao
IV Colóquio Portuense de Arqueologia — 1965

PORTO
MCMLXV

Serei breve o mais possível como convém num relatório da índole deste que me foi confiado. Relatório a consignar o estado actual de um problema que se insere, por justo título, num colóquio de Arqueologia e a constituir o tema de uma secção dele: *o problema das origens de Portucale* (questão, com efeito, arqueológica, não só em sentido restrito, limitado, mas na acepção ampla: a Arqueologia a identificar-se com a história interna ou cultural, contemplada à luz simultânea de todos os elementos heurísticos, textos e restos ou monumentos materiais). Problema que, na verdade, tem sido estudado e interpretado por arqueólogos *stricto sensu*, por filólogos (històricamente a primeira forma de fazer Arqueologia) e por historiadores ou estudiosos da história pròpriamente dita, que, aliás, se alicerça em todas as espécies documentais.

Serei breve o mais possível e objectivo nesta resenha. O método que seguirei será, simplesmente, apontar e rever as soluções que tenham base científica e que, ainda que não exactas ou válidas no seu todo, possam, porventura, contribuir para uma abertura crítica, consistente, no enigma histórico em causa.

Nesta exposição que principio, necessàriamente selectiva, entro, cabe-me dizê-lo, com ânimo dubitativo. Penso que, na Arqueologia, como na História, não há problemas arrumados. A verdade inteira, incontroversa, é, se não me iludo muito, um *desideratum* inabarcável. Contudo, na lição de um português filósofo e médico antigo,

o homem pode alcançar limitadas verdades, ancorado na razão e na experiência, o mesmo vale afirmar, na investigação.

Segundo creio, com Leite de Vasconcelos e Mendes Corrêa, começa o friso das teorias modernas, objectivamente baseadas, em volta do incitante enigma. Aliás, se não me equivoco, nem sempre se tem delimitado e focado apenas o essencial desta primeira explicação.

Portucale (o Portucale da margem direita do troço final do Douro), consoante o autor das *Religiões da Lusitânia*, representava a justaposição de dois termos (um nome comum, *portus*, ligado a um onomástico primitivo, ibérico, pré-latino, *Cales*). Portus + Cales. O porto chamado Cales. Leite de Vasconcelos firmava a sua tese num texto de Salústio (séc. I a. C.), transcrito por Sérvio (séc. IV) e corrigido por Vossio (séc. XVI). Segundo o gramático Sérvio, além de uma Cales, na Campânia, existia outra Cale «civitas in Gallaecia, comemorada por Salústio, por ter sido tomada por Perpena». Nos códices escrevera-se Galia, mas Gerardo Vóssio, humanista de Quinhentos, no seu *Comentário à Coreografia de Mela*, emendara, convictamente, para Gallaecia. O fundador do *Arqueólogo Português*, o criador do Museu de Etnologia, achava a correcção luminosa; e quando Mendes Corrêa revelou ter localizado, dentro do Porto actual, na eminência do Corpo da Guarda, a Cividade de que falavam documentos dos sécs. XIV a XVII, reportando-a à *civitas* salustiana, logo veio recordar, ufano, que fora ele quem pusera «cá, em circulação» essa «civitas in Gallaecia» do historiador romano. Considerava decidida a posição de Cale, na riba direita do Douro, e resolvido também, graças a Mendes Corrêa, o centro preciso da mesma.

Justo é, todavia, reconhecer que a tese ou teoria, afinal, dos dois eminentes mestres, (a primitiva Cale, num cimo, na orla portuense do rio, e Portucale, a mesma Cale com o seu porto, na Ribeira), a tese ou teoria de um a completar o outro, dizia eu, não se vincula, indispensàvelmente, à validade da errata de Vossio ao passo de Salústio que Sérvio transmitiu. O que nesta hipótese ou construção científica de ambos prevalece são, sobretudo, duas premissas: uma de filólogo (um Portucale a subentender, a implicitar uma Cale); e outra de arqueólogo (essa Cale, origem de Portucale, em correspondência com uma *civitas*, uma comunidade-território, centrada num *oppidum*, identificado com a Cividade do Corpo da Guarda). Observe-se que Leite de Vasconcelos e Mendes

Corrêa, para confirmar o fragmento de Salústio, ainda se apoiavam noutro documento: o *Itinerário* de Antonino, roteiro vial romano (séc. IV). Nele, com efeito, se regista também uma *Cale*. Ou antes: *Calem*, penúltima estação ou baliza, na estrada de Lisboa a Braga, a 35 milhas desta última urbe. No entanto, é certo que as duas fontes alegadas não têm, para o caso, qualquer força probatória. A emenda do humanista Vóssio, ao trecho salustiano de Sérvio (Gallaecia em vez de Galia) já não merece confiança (aviso seguro de Sousa Machado; parecer emitido por Contador de Argote, no séc. XVII; identificação definitiva da Cale em apreço, na Itália, por Pina Manique e Albuquerque). Quanto à informação miliária do *Itinerário* de Antonino, as 35 milhas entre Braga e Cale, nada nos dizem sobre a margem exacta em que ficaria este limite, baliza ou estação (não se há-de supor mais provável a norte do que a sul).

O que fica, pois, de pé, algo consistente, na explicação comum de Leite de Vasconcelos e Mendes Corrêa, é só a Cividade acima do talvegue do rio da Vila e das escarpas do Douro, em relação com a pressuposta Cale, antecessora e subjacente ao Portucale, que, com os Romanos, principia. Devo frisar, contudo, que Mendes Corrêa, se nos indica a Cividade num morro da margem nortenha do Douro, sem dogmatismo, simplesmente como hipótese, «verosímil, mas hipótese», a aproxima da Cale portuense, que se denuncia no topónimo Portucale, posto, ainda em documento do séc. XI, segundo ele lembra, «in rippa durio ex parte calleca».

A alegação desta Cividade, descortinada num dos outeiros do Porto contemporâneo, não poderá ser hoje impugnada (já o pensava o saudoso e ilustre historiador Artur Magalhães Basto). O seu significado arqueológico, creio-o também iniludível, não só pelos restos materiais encontrados, não apenas pela topografia do lugar absolutamente conveniente a um castro, mas também pelo próprio nome. Penso, salvo o muito respeito devido e sobretudo o apreço pelas achegas dadas ao problema, que o Prof. Torquato de Sousa Soares, nas suas magistrais *Reflexões sobre a Formação de Portugal*, não critica com justeza o sentido do termo cividade, quando, no concernente ao Porto, o refere só a um aglomerado urbano constituído nas imediações de uma Sé, como, segundo diz, se verifica também em Braga. A verdade é que um friso notável de arqueólogos (não apenas Mendes Corrêa, mas Sarmento, Alberto Sampaio, Cuevillas, Serpa Pinto, Mário Cardoso) reconhecem à

palavra em questão o significado de reduto castrejo, de citânia, centro ou *oppidum* de um território - comunidade; e nos exemplos referidos (cividade do Porto, cividade de Braga) elas não assentam a rigor nas vizinhanças da catedral. Aliás, quer pela topogarfia, quer pelos vestígios arqueológicos (que são inúmeros), a cividade de Braga terá sido, idênticamente à do Porto, centro importante (ver, por todos, Carlos Teixeira).

Voltando à Cividade - monte de Mendes Corrêa, sem a desligar do outeiro paralelo de Pena Ventosa, não se poderá dizer que os dados arqueológicos sejam inexpressivos. Minguados, quanto ao morro do Corpo da Guarda, mas sintomáticos. Indícios de uma ocupação castreja e luso-romana, recolhidos sob a orientação sabedora do Prof. Santos Júnior e publicados em parte, pelo Dr. Pinto Ferreira, no *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, em 1959. Testemunhos certos: instrumentos de silex, alfinetes de cabeça, fragmentos de fíbula, restos de cerâmica tìpicamente castreja, etc. O Prof. Damião Peres, por sua vez, ainda nos esclarece que foram lobrigados «veneráveis restos da dupla cerca castreja, análoga à de outros castros». No cerro vizinho, na acrópole da Sé, as descobertas têm-se apresentado mais generosas. Em 1940, pela diligência competente do Doutor António Cruz, surge, com restos de colunas de mármore, uma ara votiva dedicada aos Lares Marinhos. Mendes Corrêa tinha neste achado importante contribuição para a sua tese: naquelas eminências estaria o centro inicial, ou, quando menos, um dos principais núcleos de Portucale futuro, a Cale pré-romana e o seu anexo, sacralizado, talvez, na época romana, como lugar de culto público aos deuses protectores das lides marítimas. Nesse mesmo outeiro, o Dr. Domingos de Pinho Brandão, pôde reunir ou identificar novos materiais que testificam incontroversa romanização (numismas do séc. IV, fustes de colunas, etc.). O abalizado arqueólogo e vice-presidente dos nossos Colóquios comprovaria, assim, de um modo decisivo, a romanidade daquelas alturas.

Naqueles planaltos (Corpo da Guarda, Pena Ventosa) sobranceiros ao rio da Vila, hoje encanado sob o leito da rua Mouzinho da Silveira e que vinha do Norte até confluir, muito perto, na zona da Ribeira; naqueles montes, existiriam os primeiros povoados da prístina Cale. Formariam, com o seu porto rente ao rio, um todo, à entrada do vale por onde corria o mencionado ribeiro, também conhecido, em documento da Misericórdia do séc. XVII, pelo

nome de rio da Cividade. Com a paz romana, os habitantes de Cale ter-se-iam concentrado na terra baixa, subjacente, isto é, no seu porto ribeirinho.

Segundo me convenço, na doutrina de Mendes Corrêa e Leite de Vasconcelos, condensada, por exemplo, em *As Origens da Cidade do Porto*, do primeiro, não haverá muito mais para subsistir como hipótese plausível ou, pelo menos, hipótese de trabalho, a considerar noutras hipóteses.

Cabe-nos agora referir um terceiro nome, que se destaca, com brilho próprio, entre os que admitem como pressuposto das suas investigações a composição sintética de *Cales* e *portus*. É o Prof. Luís de Pina, o nosso Presidente. Também ele aceita, com Mendes Corrêa, com Leite de Vasconcelos, haver-se alçado a primitiva Cale, embrião de Portucale, na Cividade-monte do Corpo da Guarda. Mas observador atento daqueles sítios, imaginando-os sem o casario actual, formula outra hipótese, outra explicação, aliás assente em dados arqueológicos dissiminados pela zona visada. Em toda a faixa litoral portuense, não existiria só a Cividade - castro do Corpo da Guarda; mas com ela e com uma Cividade mais extensa, os núcleos démicos vizinhos (citânias e póvoas, desde Miragaia). Tudo se aglutinaria no curso terminal do Douro. As elevações, a constituir atalaias; as terras baixas, a funcionar como embarcadouros.

Repare-se que, nesta cristalização de Cale, entrada para a Galécia, apontada pelo Prof. Luís de Pina, mormente na conferência *O Porto na conquista de Lisboa*, não se cai em unilateralismos, quase sempre ilusórios. Não se relega a Ribeira, em que se vasa o rio da Vila ou da Cividade; e não se exclui Miragaia, de tal importância que formaria a guarda avançada de Cale (ou de Portucale) para quem subisse o Douro, se não para quem o atravessasse (assim o pensava, cumpre citá-lo, Frei Luís dos Anjos, no seu *Jardim de Portugal*, no séc. XVI; assim tendem hoje a vê-lo não só o Prof. Luís de Pina, mas ainda o Arq.^{to} Rogério de Azevedo e, se não me engano, o Prof. Torquato de Sousa Soares). O Prof. Luís de Pina concede que a Cividade-castro fora o cerro do Corpo da Guarda, mas junta-lhe Pena Ventosa, o «Castro Novo» do *Parochiale Suevicum*, e, além disso, sublinha a Cividade extramuros, que se alargava abaixo. Numa palavra, um mosaico de portos e castros a par. Um agregado comum, de há muito fixada, desde o Mesolítico, nessas paragens sobre o Douro. Importa dizer, para ilustrar a tese

do autor, que também numa carta da Bracara Augusta se menciona, dentro das muralhas romanas, a Cividade de cima e, fora delas, a Cividade de baixo.

Para me não alongar, advertirei, ùnicamente, que a sugestão do Prof. Luís de Pina, que não destingue a Cividade-monte do seu porto, nem sequer de um quadro maior, coberto pelo onomástico Cale, na costa alta, escarpada, do Douro, coincide, ou se harmoniza, como se verá, com as mais recentes teorias ou concepções de carácter histórico-filológico.

Antes, porém, de lá chegar, impõe-se apontar a posição do Prof. Torquato de Sousa Soares nesta matéria; posição que, segundo creio, vem clarejar teimosas dificuldades e também se concilia (ou é conciliável) com as teses de teor linguístico a que, por último, me referirei.

Inculca-nos, com segurança, na obra citada , a distinção entre o *Portucale locus* e o *Portucale castrum* consignados pelo bispo flaviense Idácio. Se o primeiro Portucale vem situado na extremidade da Galécia, o outro, o castro de Portucale, erguia-se, quase sem dúvida, a sul do rio fronteira, isto é, na Lusitânia. Uma inferência importante, esta, da análise do texto idaciano, que Alberto Sampaio vislumbrara, mas que, depois, nem Leite de Vasconcelos, nem Marcelo Macias ou Manuel Torres souberam extrair.

Inculca-nos, com igual segurança, a identidade entre esse castro de Portucale de Idácio e o *Portucale castrum antiquum*, paróquia da diocese de Coimbra, mencionado no *Parochiale suevicum*, o *Portucale castrum antiquum romanorum* do exemplar de Alcobaça do mesmo Paroquial, citado por Frei Bernardo de Brito. Em sequência, ressuscita, com forte probabilidade, a tese que deriva Gaia de Calle ou Callis. Neste particular, o mestre conimbricense apoia-se na autoridade de um toponimista distinto (o Dr. Joaquim da Silveira). Cumpre-me registar que do mesmo parecer é outro excelente filólogo, o Dr. Inês Louro, do Centro de Estudos Filológicos de Lisboa. Cale, observado com olhos romanos = a Gale. De Gale ter-se-ia formado Galia e depois Gaia, sincopado o l.

Inculca-nos, por tudo o que decorre, a existência de um Portucale mais antigo a sul do Douro e, com ele, de uma Cale aí, também mais arcaica. Conquanto se apresente mais difícil localizar lugares na margem esquerda do que na do Norte e por isso com soluções mais díspares, segundo os autores, o que interessa para esta recensão, é verificar que, ainda para o Prof. Torquato de Sousa

Soares, o Portucale gaiense, de uma perspectiva etimológica, resulta, de igual modo, da fusão de *portus* e *Cale* e não colide, de forma nenhuma, com a quase contemporaneidade histórica, pelas mesmas exigências do tráfico, de um outro Portucale, cais de encontro, na orla fronteira do rio, já no território dos Galaicos.

Nesta altura, vem a propósito ponderar que, se a Cale da riba lusitana do Douro tem por si, provàvelmente, o roteiro de Antonino, com o seu *Calem* ou *ad Calem*, por sua vez, a Cale do outro lado do rio poderá, talvez, apoiar-se, como já o disse eu em comunicação ao Colóquio do ano anterior, na cópia do *mapa-mundi* de Castorius (séc. IV), reexaminada. Nessa tábula, conhecida do geógrafo anónimo de Ravena (séc. VII), e por ele identificada, fixar-se-ia a estação de Calo, a norte do Douro. Segundo o último editor científico (Conrado Miller), o mapa data, sem dúvida, do séc. IV; foi feito, todo de uma só vez, sobre itinerários gráficos e literários que remontam, pelo menos, até Diocleciano. Chamei a atenção para estas circunstâncias: «num mapa-mundi, originàriamente romano (séc. IV), elaborado sobre fontes anteriores, e usado em cópia ou no original no séc. VII — embora hoje perdure só numa velha reprodução do séc. XI-XII, reconstituída por Miller — o mesmo topónimo Cale de Antonino (ou Calo), vem designado, aquém Douro, já na Galécia.

Chegados a este ponto, importa aludir, finalmente, às modernas interpretações sobre a etimologia de Portucale. Parece-me, na verdade, que elas têm um alto interesse para serem cotejadas com as conclusões de ordem histórica e ordem arqueologica estrictas. Creio que elas nos permitem uma tentativa de síntese, de concatenação provisória, mas positiva.

Em vez de uma composição, perfeita ou imperfeita (um termo comum latino *portus* +um onomástico pré-latino, contemplado à romana, *Cale* ou *Gale*) indica-se, agora, para a palavra Portucale (ou Portugal) a justaposição de dois substantivos comuns, mais ou menos sinónimos, que se repetem em dois idiomas. Portucale, originàriamente, significaria: porto, porto. Deste modo se justifica a pulverização topográfica de dois ou mais Portucales (que nada têm a ver com uma extensão coronímica).

Dois autores, em estudos independentes, expõem a nova concepção, Francisco José Velozo, em algumas páginas de um belo estudo, sobre *Ora Marítima* de Avieno, *Oestrymnis*, e António Sousa Machado, num livro assaz completo, consagrado ao tema

do seu título, *As origens da cidade do Porto*. Este diz-nos que os Romanos apuseram a *Cale* o nome de *portus* como sinónimo ou em sentido aproximado. Cale significaria «abrigo», «lugar de embarque» ou «atravessamento». O primeiro também, considera Cale termo indígena, pertencente a um estracto filológico antigo, oestrimnico. A palavra *portus* constituiria, apenas, o seu sinónimo latino. «Os colonizadores tratavam, às vezes, de explicar os topónimos (que encontravam) juntando-lhes o equivalente na própria língua. Assim dizemos nós hoje: o lago Niassa sem nos lembrarmos que estamos a dizer «o lago lago».

No que discordam os dois autores é no sentido próprio de Cale: escarpas, chanfradura, segundo Francisco Velozo; lugar ribeirinho, segundo Sousa Machado. Atrevo-me a repetir-me nesta anotação já publicada: «observe-se (e sem querer forçar uma concordância) — dizia eu — que «escarpas», bem adequado significado de Cale, a evocar a ideia de costa rochosa, ideia assaz documentada (ver por todos Dauzat) pode corresponder a abrigo, a porto, inscrito, desenhado, na costa alta. O porto, porto, lugar da Ribeira ou, talvez melhor, Miragaia, ao pé do rio, não se opõe à ideia de margem escarpada, nem à solidariedade de uma póvoa com um cimo. O porto, porto estaria à entrada de um vale de penetração, onde recomecava a estrada romana».

Seja como seja, registe-se que o processo da tautologia (porto sinónimo de Cale) recebeu o assentimento de um toponimista da craveira de Charles Rostaing. Entre os nossos, Rogério de Azevedo, onomasticista de primeira água, deu também, no caso sujeito, a adesão ao processo tautológico, escrevendo que «os Romanos não fizeram mais do que traduzir (Cale) na sua língua». Alvitra, contudo, outra hipótese para a génese do nome: Cale ou Calem, de princípio, procederia de um trivial advérbio — *allen kallen* —, com o significado de «aqui e além», locução que o uso popular teria simplificado, elidindo o primeiro termo e conservando o primitivo duplo sentido.

Note-se que Rogério de Azevedo defende a ideia de que o étimo Cale, com o duplo sentido inicial de «aqui e além», veio, com o tempo, a galgar a escarpa, a passagem, envolvendo uma região ampla. Leonel Ribeiro, por seu lado, nas suas considerações filológicas, adverte-nos que o porto de Portucale não seria só um porto de embarque e desembarque, mas e principalmente um porto de saída e de entrada de um território para outro.

Vem a talhe de foice lembrar que, no séc. XVII, Pereira de Novais, quase advinhou a explicação moderna, pleonástica, tautológica de um Francisco José Velozo, de um Sousa Machado, de um Charles Rostaing, de um Rogério de Azevedo. No último Colóquio, o Prof. Luís de Pina e eu também abordámos e salientámos este assunto.

Já poderia talvez encerrar este relatório, com as suas anotações derradeiras, se não devesse ainda resenhar uma teoria filológica publicada no *Boletim Cultural* da Câmara Municipal do Porto, de 1961/62, sob a epígrafe «Etimologia de Portugal» e subscrita por Domingos Moreira, um jovem eclesiástico dedicado a estes estudos. *Cale* seria tão sómente um sufixo, que aparece, por exemplo, em pedregal ou matagal. Assim como de mato resultara matagal, de porto derivaria Portugal, num sentido colectivo. Não me compete, na minha ignorância, senão registar a tese e esclarecer que bons filólogos, consultados, a não aceitam. Cumpre-me ainda notar que o próprio autor concede que o topónimo em apreço (Portugal, Portucale), que se encontra em vários sítios e regiões, tem diversas origens: a importação por via da colonização, a adopção por via do apelido, a criação por um processo sufixal. Ora, atentas as circunstâncias históricas e arqueológicas, parece-me que a doutrina em reparo, pelo menos, não tem que se aplicar (nem o deve ser) aos Portucales do Douro. A «Cale» de Antonino, a «Calo» do anónimo de Ravena existem, são factos; e a sua existência não ajuda a hipótese ou teoria de Domingos Moreira. Está na verdade Sousa Machado ao fazer esta pergunta: «Como seria explicável que no *Itinerário* se usasse apenas de um sufixo para determinar um lugar?».

Vou desfiar as últimas anotações.

Ter-se-á reparado que, segundo a tese filológica de Francisco José Velozo e Sousa Machado, nos dois topos da via romana deveria haver duas Cales, dois portos, desenhados na orografia da costa. Compare-se esta conclusão com a do Prof. Luís de Pina (para o Portucale do Porto): cimos e terras baixas a formarem conjunto. Parece-me que se conciliam, aqui, objectivamente, o conceito das duas Cales com os embarcadouros respectivos, no curso terminal do Douro, e a etimologia tautológica, pleonástica, que realmente atrai.

Portucale, quase de certeza, estaria relacionado com essas duas estações ou balizas viárias chamadas Cales aquém e além rio (é, afinal, a posição a que nos levam, salvo divergências de pormenor,

sobretudo de localização, as teses dos Profs. Damião Peres, Torquato de Sousa Soares e Luís de Pina bem como a do Arq.to Rogério de Azevedo). *Cales seriam, de um ponto de vista filológico, dois nomes comuns que com o tempo se fizeram próprios. Cada um dos Portucales, porto, porto, formaria um ancoradouro, e também um caminho, rente ao rio, sem prejuízo da facies escarpada do todo (é esta a síntese, o passo em frente que, legìtimamente, se pode dar).*

A corroborar a interpretação do Prof. Luís de Pina, *Cale* =a uma região junto ao Douro, mais do que uma simples e única povoação, avoquei eu, na citada comunicação ao 2.º dos nossos Colóquios, um conhecido texto de Idácio, que não fora ainda aduzido por este ângulo (como prova de que o termo Portucale não se reportava, no séc. V, apenas a uma terra baixa, a um embarcadouro à beira rio). Nesse passo, relativamente ao ano 456, se afirma que Requiário, o rei suevo católico, vencido pelos godos arianos, fugira para o «locus qui Portumcale appelatur», e aí pelejara o seu último recontro. Teria sido, pois, no seu próprio castelo, o castro novo de que rezam várias cópias do precioso *Paroquial Suevo*, o castro novo levantado porventura na Pena Ventosa, que Requiário ofereceu à história o derradeiro testemunho da sua resistência.

Note-se ainda que «locus» ou «loca» ou «locis», na crónica de Idácio, é quase sempre traduzível por «partes», «comarcas» ou «regiões» que os Bárbaros invadem, ou depradam, ou por onde se derramam (em onze vezes só em três é que não tem esse sentido geográfico, para significar apenas «recinto» — um santuário, um estábulo).

Em suma, o problema de Portucale, como se terá visto, é um terreno cheio de dificuldades, mas não impenetrável. A bibliografia atinente, louvàvelmente catalogada e seccionada pelo Dr. Pinho Brandão, mostra-se-nos copiosa. As suas secções são, ao mesmo tempo, orientações de trabalho: fontes ou documentos textuais, interpretações desses elementos, inventariação dos materiais arqueológicos, estudo das localizações, estudo da via romana Lisboa Braga, lendário das origens.

Como declarou, no precedente colóquio, o Tenente-Coronel Afonso do Paço, há necessidade de mais pesquisas, de mais investigações arqueológicas na área do Porto para que o conhecimento das origens de Portucale progrida (eu acrescentaria ainda, pelo menos, a zona de Vila Nova de Gaia). Torna-se, na verdade, indispensável apelar, novamente, para a Numismática, para a Epigrafia, para a Arqueologia *stricto seusu*, a fim de ilustrarem, completarem

as escassas fontes textuais. Como observou o Prof. Torquato de Sousa Soares pouco ou nada se sabe, arqueològicamente, das vias romanas da região; pouco ou nada se sabe, arqueològicamente do lugar da Ribeira, do lugar de Miragaia, do Outeiro do Castelo em Gaia, etc.. Pouco ou nada se sabe, também, de alguns desses outros núcleos genéticos da cidade (os indicados pelo Prof. Luís de Pina). É realmente necessário, pela arqueologia de campo, exumar-lhes a vida, como diria Wheeler. E se, na verdade, uma civitas se identifica com um pequeno povo, a constituir com outros o xadrez etnológico de uma província; e se é plausível que a tribo epónima dos Galaicos se avizinhava, segundo Plínio, do *oppidum* principal dos Brácaros, a sul ou a montante, mas sempre a lindar o Douro, em progressão para o Ocidente, não seria, com efeito, desarrazoado, ao que penso, investigar ainda, sistemàticamente, toda a possível área arqueológica dessa extensão duriense dos Galaicos, em que, quase de certeza, se enquadra a faixa costeira portucalense. Nessa investigação, interessantes dificuldades se deslindariam, como, por exemplo, a da muralha de 4 km, larga de 4 m, do castro de Baltar, posta em relevo por Mário Cardoso, no XXVI Congresso Luso-Espanhol de 1962, talvez o maior recinto fortificado pré-histórico da Península, já nos nossos Colóquios, também em 1962, oportunamente encarado pelos Drs. José da Silva e Arlindo Magalhães. Enfim, uma série de dúvidas, numa larga área, que estão a implicar campanhas arqueológicas coordenadas, sistemáticas.

Com gosto, e com verdade, quero ainda anotar isto: sei, de certeza, que a nova Faculdade de Letras do Porto, com o Centro de Estudos Humanísticos, não estaria ausente nesses trabalhos. Constituirá para ela um hábito — depois será uma tradição — dar o seu contributo, em colóquios ou em outras tarefas de toda a ordem, à decifração deste problema. Aliás, nos colóquios de Arqueologia, os seus alunos, quer de Arqueologia e Pré-história, quer de História também, têm mostrado o seu interesse, mediante uma participação activa. Neste certame, os alunos de história de Portugal, sob o conselho do seu ilustre professor Doutor António Cruz apresentarão um ficheiro (ficheiro que começa com alguns centenas de verbetes) de referências a Portucale contidas em docs. anteriores ao séc. XII. Bem hajam!

Na medida em que este relatório foi uma concatenação de teses e conclusões valiosas, e abstraindo o trabalho modesto do seu escriba, peço licença para o dedicar e consagrar às duas figuras

emblemáticas da nossa Arqueologia e da nossa história portuense, os paladinos da questão intrincadíssima que nos ocupa — Artur de Magalhães Basto, António Mendes Corrêa — cuja memória, para nós, é saudade activa, dinâmica, condutora. Que essas figuras tutelares nos encaminhem os passos e que Pereira de Novais, o *genius locis* dos antigos, com eles, nos guie também nessa peregrinação científica que não há de cessar nunca (como é o seu fado). E que tudo seja para maior glória e realce do Portucale do Porto, o único Portucale que vingou, o único donde derivou a extensão coronímica do nome que nos vincula a nós Portugueses das sete partidas do mundo, aqui e além, *allen kallen*!

1. NOTA BIBLIOGRÁFICA

Sobre a posição de J. LEITE VASCONCELOS ver: *Religiões da Lusitânia*, II e III, Lisboa, 1905, 1913; *Cale e Portucale*, in «Revista Lusitana». vol. 29, Lisboa, 1931; *Lições de Filologia*, nova edição, Rio de Janeiro, 1959. Quanto à posição de MENDES CORREA ver a última bibliografia do mesmo: *As origens da cidade do Porto (Cale, Portucale e Porto)*, Porto, 1932; *A antiguidade do Porto*, in «Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses», II, Lisboa, 1936; *Fontes Antiquitatum Portucalensium*, Porto, 1940. A posição do Prof. LUÍS DE PINA vem no seu trab. O *Porto na conquista de Lisboa*, in «Duas cidades ao serviço de Portugal», edição do Município do Porto, I, Porto, 1947. Do Prof. TORQUATO DE SOUSA SOARES, além da importante obra cit. ver também: *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto*, Barcelos, 1935. No respeitante a DAMIÃO PERES, ver *História da Cidade do Porto*, vol. I, Porto, 1963. A posição de ANTÓNIO DE SOUSA MACHADO acha-se no seu livro: *As origens da cidade do Porto*, Porto, 1956. A tese de FRANCISCO JOSÉ VELOZO encontra-se no seu estudo: *Oestrymnis*, Braga, 1953. O depoimento de CHARLES ROSTAING transcreve-o SOUSA MACHADO no seu opúsculo *Ainda a formação da palavra Portugal*, Porto, 1957. Quanto à hipótese de ROGÉRIO de AZEVEDO ver o seu *Onomástico Ibérico*, Porto, 1958.

Em relação à ara votiva dedicada aos Lares Marinhos, em Pena Ventosa, ver: ANTÓNIO CRUZ, *O Porto na génese dos Descobrimentos*, Porto, 1960. O meu modesto contributo vem na comun. *O problema de Portugal* apresentado ao III Colóquio Portuense de Arqueologia (ver suas *Actas*, in «Lucerna», vol. IV, Porto, 1965). No que toca à documentação arqueológica do Corpo da Guarda e de Pena Ventosa, em geral, ver, sobretudo, DAMIÃO PERES, *loc. cit.*, e DOMINGOS DE PINHO BRANDÃO, *Novos achados arqueológicos do «Morro da Sé» do Porto*, in «Lucerna», vol. III, Porto, 1963. No concernente à Cale „«in Gallia» da Salústio, o parecer de JERÓNIMO CONTADOR DE ARGOTE vem nas suas *Memórias para a Hist. Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, I, p. 171 e segs., e o aviso de J. de PINA MANIQUE e ALBUQUERQUE expõe-se na sua comun. *CaleCivitas in Gallia* apresentada ao XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Porto, 1961.

Sobre a acepção regional da palavra «Portugal» ver o último trabalho de PAULO MERÊA, *Ainda sobre «Portugal» no século X*, Coimbra, 1965.

2. GRAVURAS

A reprodução da «Vista aérea» e do «Mapa em relevo» foi autorizada pela Câmara Municipal do Porto.

A fotocópia do Segmento I da Tabula de Castorius, reconstituído por Konrado Miller, in *Peutingersche Tafel...*, Ravensburg, 1916, devo-a à gentileza do Doutor Rudolf Kinauer, Director do Kartensammlung da Biblioteca Nacional de Áustria (Viena d'Austria).

As três estampas seguintes pertencem ao *est. cit.*, do Prof. Luís de Pina (reprodução amàvelmente autorizada).

O último mapa é cópia de uma planta publicada em 1912, no folheto *Braga Antiga* de J. T. de C. M. P.

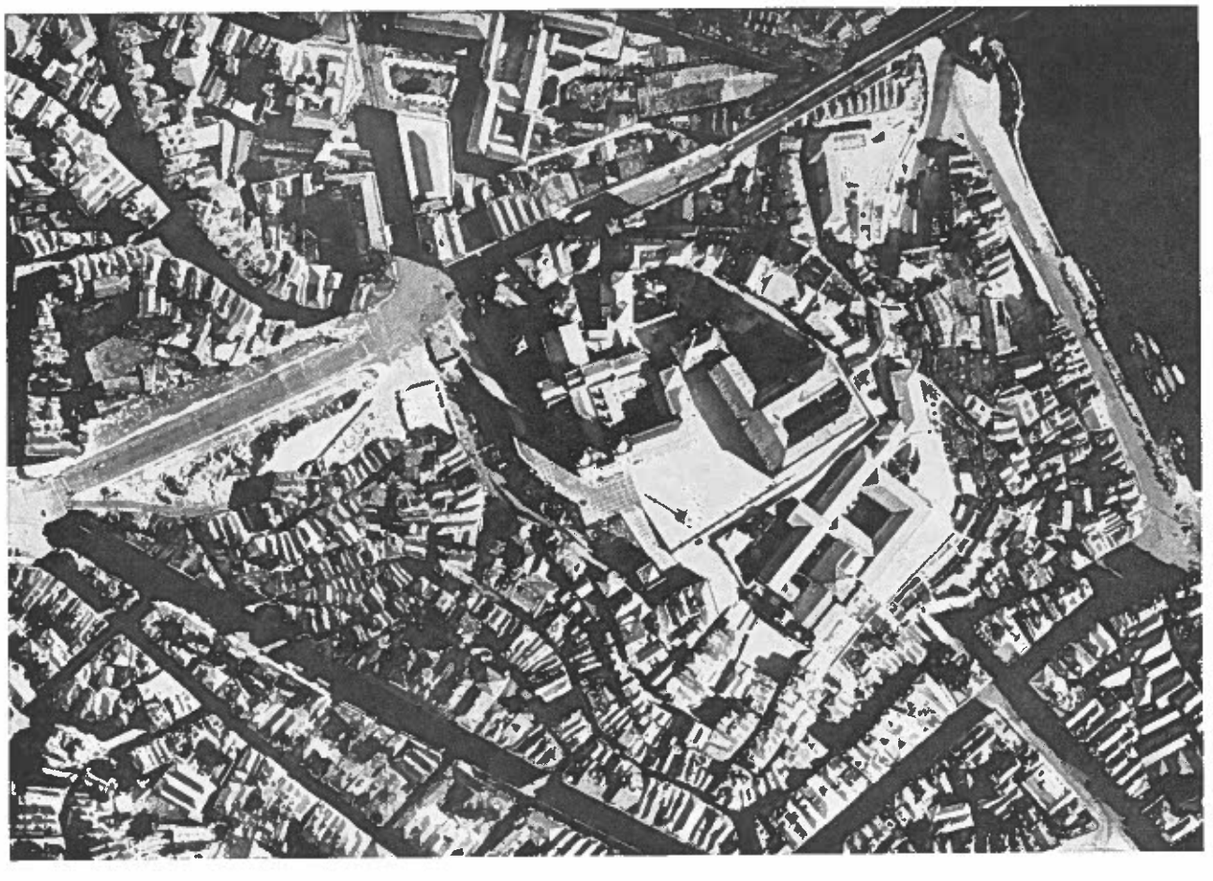

Fig. 1 — **Vista aérea: Pena Ventosa, Cividade, Ribeira e talvegue do rio da Vila (ruas de Mouzinho da Silveira e de S. João).**

Cliché *dos Serviços da Carta da Cidade, C. M. do P.*

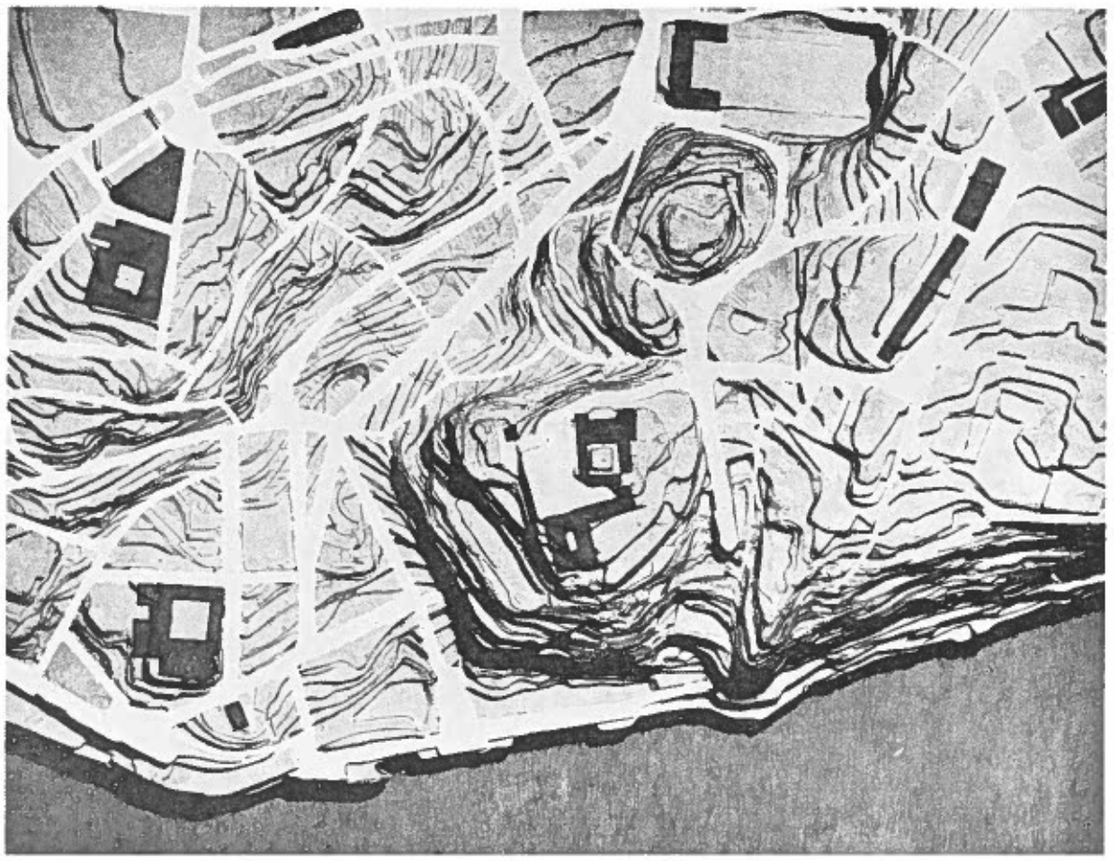

Fig. 2 — Relevo da zona da Sé, Cividade, rio da Vila e Vitória

Mapa do Gabinete de Urbanização da C. M. do P.

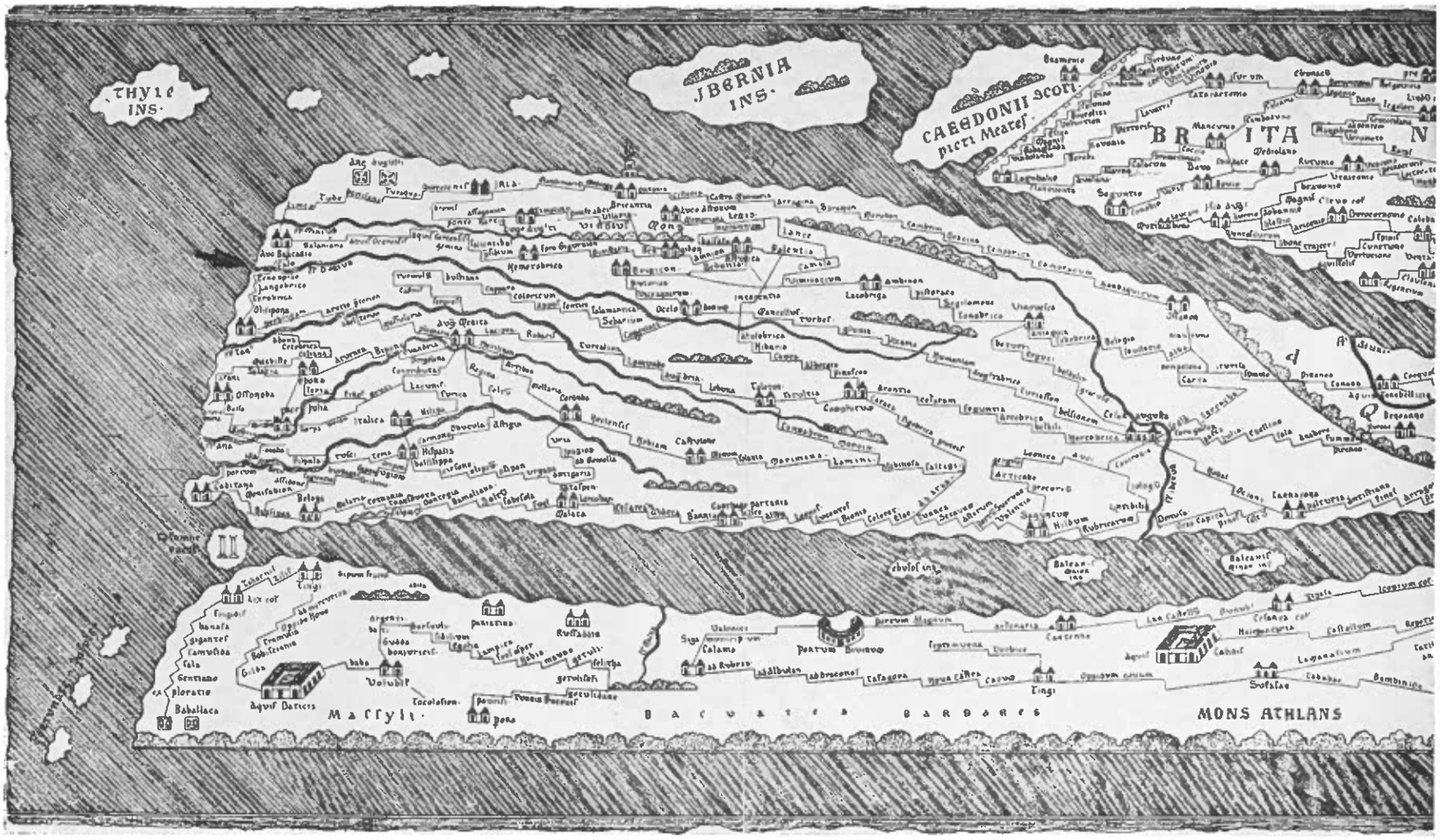

Fig. 3 — Segmento I reconstituído do *mapa-múndi* de Castorius (séc. IV)

Ed. Conradus Miller 1916

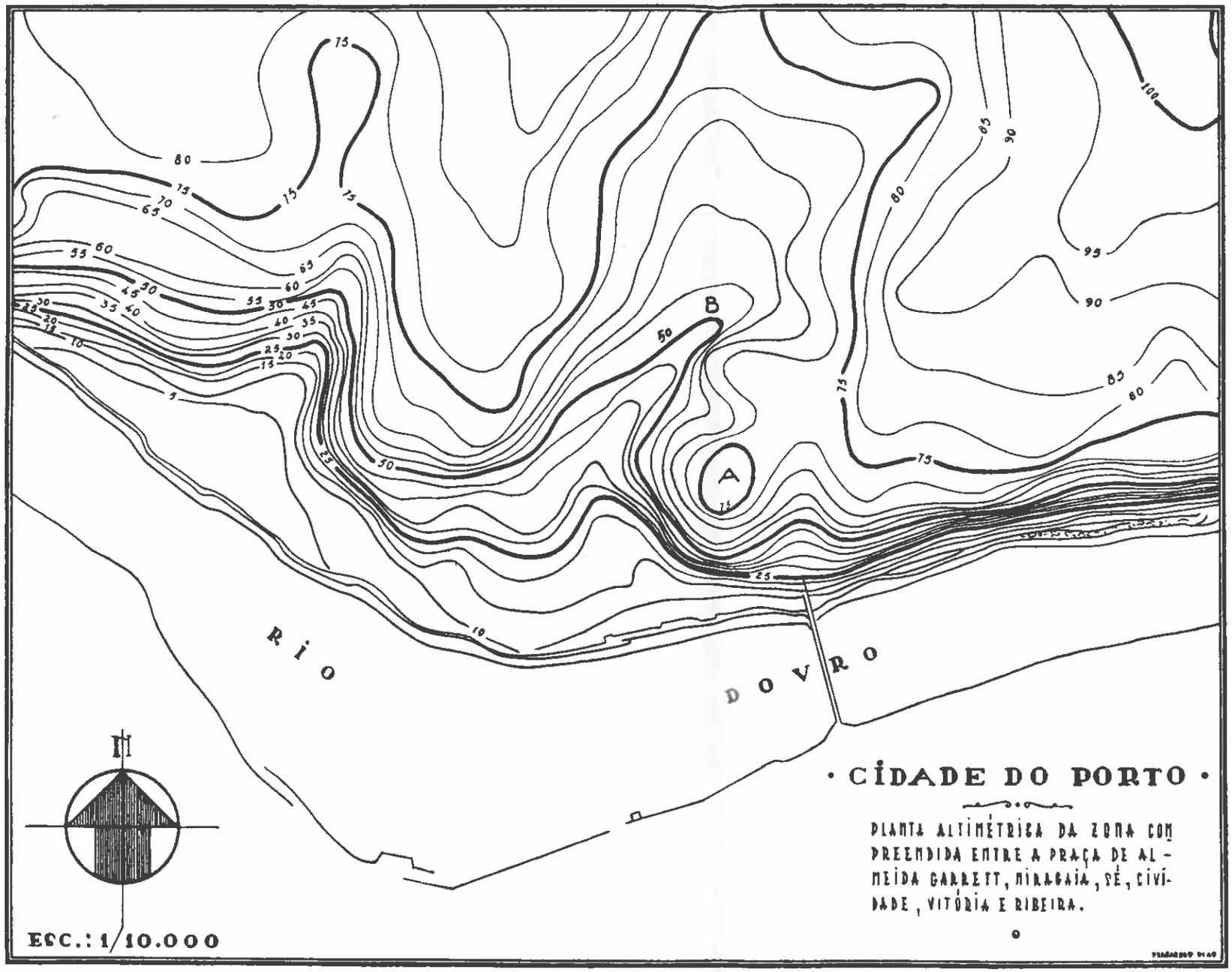

Fig. 4 — **Desenhada por Fernando Dias** *(dos Serviços Topográficos da C. M. do Porto)*

Obs.: **A,** *é o morro da Sé;* **B,** *a Estação de S. Bento e os Congregados*

Fig. 5 — Cale na localização de Mendes Corrêa

Aguarela de Gouveia Portuense

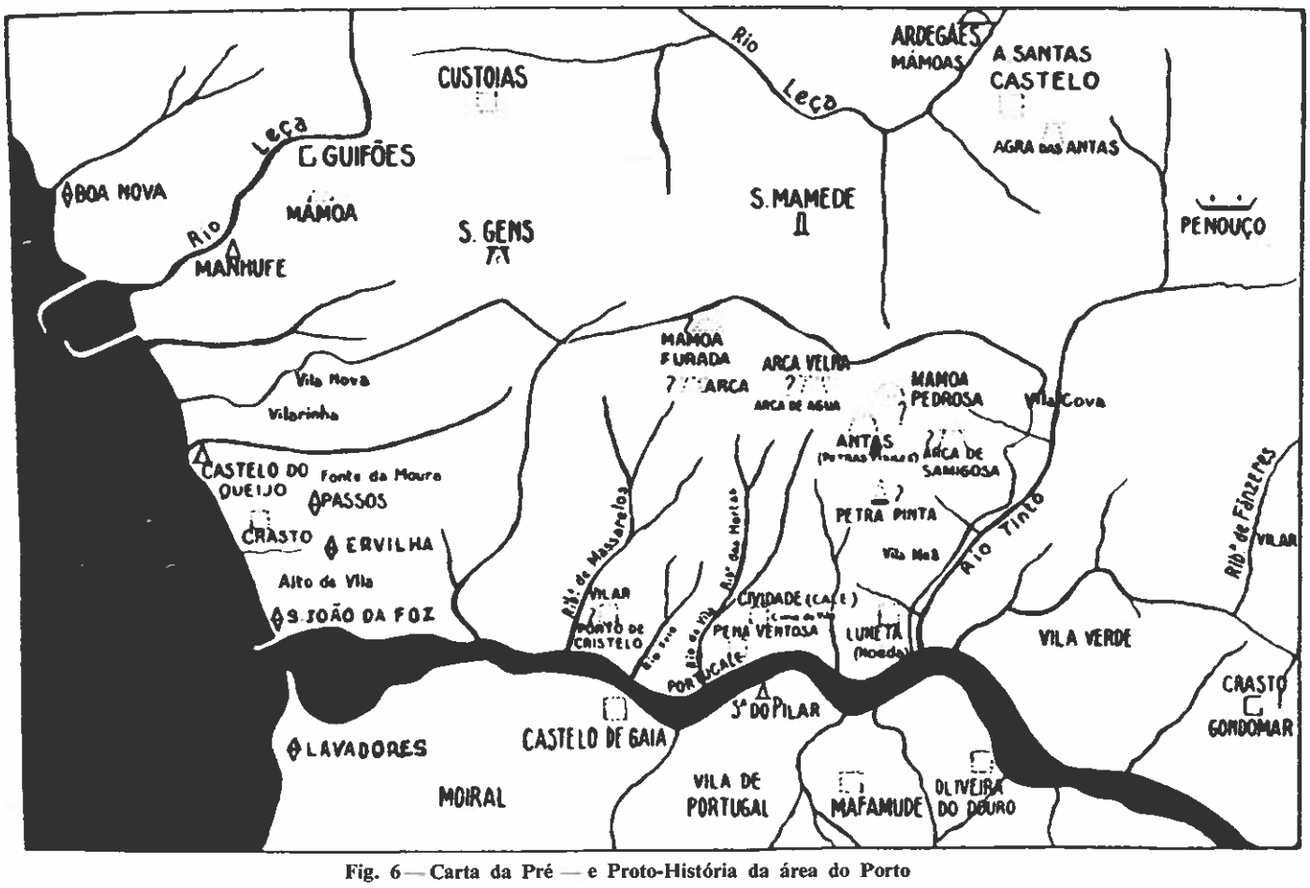

Fig. 6 — Carta da Pré — e Proto-História da área do Porto

Segundo Mendes Corrêa, in Origens do Porto.

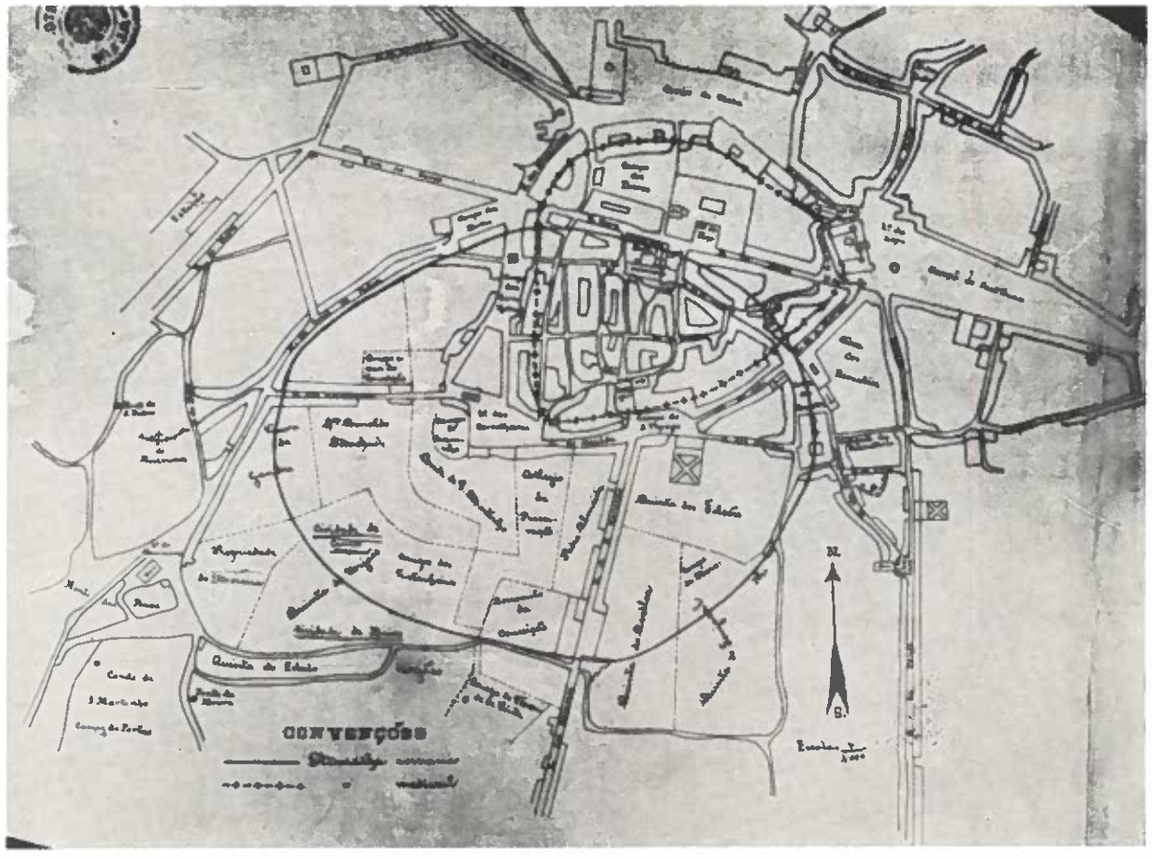

Fig. 7 — Cividade de Braga

COMPOSTO E IMPRESSO NA EMPRESA INDUSTRIAL
GRÁFICA DO PORTO, L.DA — EDIÇÕES «MARANUS»
PRAÇA DA REPÚBLICA, 57 * TELEFONE, 2 05 04